

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

1 As políticas de habitação no Brasil e nos demais países
da América Latina têm priorizado historicamente a concessão
da propriedade dos imóveis às famílias de baixa renda.
4 Entretanto, considerando-se que o mercado de imóveis
regulares atende cerca de 30% da população brasileira, que o
deficit habitacional no Brasil é estimado em 5,5 milhões de
7 unidades e que a taxa de imóveis desocupados chega a 11%
nas regiões centrais das grandes cidades, o aluguel
subsidiado, geralmente utilizado em situações emergenciais
ou transitórias, poderia ser um instrumento complementar
10 para prover moradias dignas a essas famílias.

O estudo **Procura-se casa para alugar: opções de
13 política para a América Latina e o Caribe**, do Banco
Interamericano de Desenvolvimento (BID), analisou o contexto
de dezenove áreas metropolitanas da região, entre elas, as
16 cidades de Curitiba, Salvador e São Paulo, para identificar as
potencialidades do aluguel social como instrumento para
diminuir o *deficit* de moradias nessas metrópoles.

19 Juntas, essas cidades somam um *deficit* de 691 mil
unidades, e destas, 591 mil famílias possuem renda inferior a
três salários mínimos, público-alvo de boa parte dos esforços
22 em termos de políticas habitacionais no Brasil. Ainda, 9,1%
das famílias com demanda de moradia no Brasil não contam
com nenhuma fonte de renda. Essa porcentagem chega a
25 10,8% em Curitiba, a 12,2% em Salvador e cai para 8,7% em
São Paulo, o que corresponde a 44 mil famílias.

O ônus excessivo com aluguel representa 32% do
28 *deficit* brasileiro, mas pode chegar a 44% do *deficit* quando
consideradas apenas as regiões metropolitanas. Na região
metropolitana de São Paulo, esse *deficit* totaliza 256 mil
31 unidades. Essas famílias, com alto gasto relativo mensal de
aluguel, são público potencial para programas de locação
social.

34 Algumas dessas políticas podem ser relativamente
simples, como diminuir o tempo de reintegração de posse da
moradia no caso de despejo ou criar um sistema de garantias
37 para o aluguel. Isso possibilitaria a expansão da oferta de
moradias para locação, criando incentivos para que pelo
menos uma parte do número considerável de unidades
40 vazias se some ao mercado e contribua para aliviar o *deficit*
habitacional.

O estudo recomenda que a política habitacional não
43 deve se limitar à produção de unidades para a venda, mas
também deve oferecer alternativas a segmentos da
população que não podem ou não querem ser proprietários
46 de imóveis.

No que se refere ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No texto, que se caracteriza como dissertativo-argumentativo, o aluguel social é apresentado como alternativa para substituir a política habitacional no Brasil, marcada pela concessão da propriedade dos imóveis a famílias de baixa renda.
- 2 Na linha 3, o emprego do acento indicativo de crase em “às famílias de baixa renda” justifica-se pela regência do termo “propriedade” e pela presença do artigo definido feminino que precede o substantivo “famílias”.
- 3 O emprego de vírgula após os termos “subsidiado” (linha 9) e “transitórias” (linha 10) justifica-se por isolar segmento de sentido explicativo.
- 4 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “contam” (linha 23) estivesse flexionada na terceira pessoa do singular – **conta** –, visto que o núcleo do sujeito da oração é representado por uma porcentagem.

Julgue os próximos itens, relativos à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto.

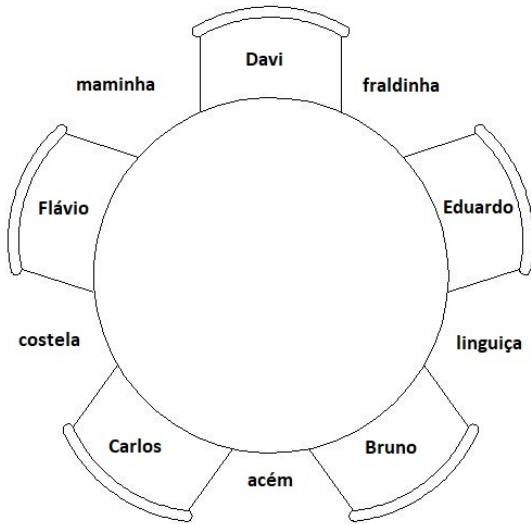
- 5 “Juntas, essas cidades somam um *deficit* de 691 mil unidades” (linhas 19 e 20): **Essas cidades somam, juntas, um deficit de 691 mil unidades**
- 6 “quando consideradas apenas as regiões metropolitanas” (linhas 28 e 29): **se forem consideradas apenas as regiões metropolitanas**
- 7 “aluguel. Isso possibilitaria” (linha 37): **aluguel, o que possibilitaria**

Considerando a correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens subsequentes.

- 8 “têm priorizado” (linha 2) por **veem priorizando**
- 9 “que” (linha 5), em “que o *deficit* habitacional no Brasil” (linhas 5 e 6), por **onde**
- 10 “não deve se limitar” (linhas 42 e 43) por **não deve limitar-se**

Julgue os seguintes itens, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 11 Informamos que a solicitação de prorrogação de prazo para início ou conclusão de obras do Programa Habita Brasília deverá ser feita diretamente à Secretaria de Monitoramento de Obras.
- 12 Solicito informações a cerca dos documentos exigidos para inscrição no Programa Morar Bem por que não foi possível, acessar o endereço eletrônico informado na página da CODHAB.



Bruno, Carlos, Davi, Eduardo e Flávio são amigos e jantam em uma churrascaria. Na mesa circular em que se encontram, há 5 cadeiras idênticas, equidistantes duas a duas, e 5 espaços entre cada par de cadeiras para os garçons servirem carnes: acém; costela; fraldinha; linguça; e maminha. A figura acima ilustra uma possível configuração da mesa, com os 5 amigos e as 5 carnes do rodízio. Sabe-se que as carnes preferidas de Bruno são costela e acém e Davi prefere fraldinha.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 13 Se Bruno tem suas carnes preferidas a seu lado e Davi também tem sua carne favorita em um de seus lados, então Bruno e Davi não podem estar em cadeiras adjacentes.
- 14 Se a posição das carnes na mesa for aleatória, a probabilidade de Bruno estar entre suas carnes preferidas é maior que 8%.
- 15 O número possível de configurações da mesa, contando que os 5 amigos estejam sentados e as 5 carnes estejam entre cada par de cadeiras, é maior que 3.000.

P: Lucas foi aprovado em seu exame de cálculo.

Q: Lucas estuda muitas horas sobre cálculo.

R: Se alguém estuda muitas horas sobre cálculo, então é aprovado em seu exame de cálculo.

Considerando as sentenças apresentadas acima, julgue os itens que se seguem.

- 16 A sentença R significa que estudar muitas horas sobre cálculo é condição necessária para ser aprovado em seu exame de cálculo.
- 17 $R \rightarrow (Q \rightarrow P)$.

Em uma sala de aula com capacidade máxima para 100 pessoas, havia vários estudantes. Depois de uma atividade em grupo, os estudantes foram dispensados. O diretor da escola perguntou quantos alunos havia na sala. A professora respondeu: "Não sei quantos havia, mas sei que tentamos formar grupos com 4, 5 e 6 estudantes, mas sempre sobrava um. Quando formamos grupos com 7 estudantes, não sobrou ninguém."

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens seguintes.

- 18 Se a professora tentasse formar grupos de 3 estudantes, não sobraria ninguém.
- 19 Havia mais de 90 estudantes na sala.

RASCUNHO

De acordo com a Lei n.º 10.257/2001, julgue os próximos itens.

- 20 A edificação feita em descumprimento ao plano diretor poderá ensejar a cobrança do imposto predial territorial urbano de forma progressiva e indefinida no tempo, com majoração de alíquota até que haja conformação da construção.
- 21 A preempção consiste na preferência conferida ao Poder Público municipal para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares.
- 22 A cobrança de tributos sobre imóveis urbanos pode ser diferenciada e reduzida de modo a funcionar como mecanismo de estímulo à concretização de objetivos de interesse social.
- 23 A competência legislativa para a edição de normas gerais de direito urbanístico é comum, alcançando União, estados, Distrito Federal e municípios.

Acerca da Lei n.º 5.197/1967, julgue os itens subsequentes.

- 24 Mediante licença, é legalmente permitida a destruição de animais silvestres considerados como nocivos à agricultura.
- 25 O Poder Público incentivar a formação de clubes de caça amadora, sendo proibida a caça profissional.
- 26 Mediante licença, é legalmente permitida a exportação para o exterior de peles e couros, em bruto.
- 27 A temporada de caça de espécies permitidas pelo Estado durará enquanto não atingida a quota de exemplares liberada para destruição.

Políticas públicas voltadas para a interiorização do desenvolvimento nacional começaram a adquirir consistência na Era Vargas (1930-1945), quando foi anunciado o projeto “Marcha para o Oeste”. Na segunda metade dos anos 1950, com o governo de Juscelino Kubistchek, concretizou-se a transferência da capital para o Planalto Central, com a construção e inauguração de Brasília. Em certa medida, esse propósito de interiorização foi retomado por governos militares pós-1964.

Tendo essas informações como referência inicial e considerando, em particular, o papel conferido à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens de 28 a 33.

- 28 A decisão de criar a RIDE foi tomada pelo governo do general João Figueiredo, o último do regime militar instaurado em 1964.
- 29 A construção de Brasília inscreve-se na estratégia, adotada pelo governo federal, voltada para a interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas em áreas historicamente afastadas do litoral, como o Centro-Oeste.

- 30 Com a consolidação de Brasília e o consequente adensamento de sua população, o impacto da nova capital ultrapassou as fronteiras do Distrito Federal, exercendo influência direta sobre vários municípios goianos.
- 31 A RIDE foi criada para agir no aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília, razão pela qual, na origem, incorporou municípios goianos, mas excluiu os situados em Minas Gerais.
- 32 Por determinação legal, são considerados como de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos municípios que dela fazem parte, com destaque para aqueles vinculados às áreas de infraestrutura e de geração de postos de trabalho.
- 33 Lei de 2018, que alterou objetivos e composição da RIDE, retira a participação da União no financiamento de projetos de infraestrutura para a região, limitando legalmente sua atuação à supervisão das ações já em andamento.

Julgue os itens seguintes quanto ao programa Microsoft Word 2013, ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais.

- 34 O Word 2013 possui recursos que visam controlar os tipos de alterações que podem ser feitas no documento. É possível restringir que outros usuários possam alterar a formatação de um documento e permitir que os demais procedimentos sejam realizados, como, por exemplo, edição.
- 35 A partir de um documento do Word 2013, é possível traduzir um texto selecionado para outro idioma.
- 36 Ao aumentar o Zoom de uma página, utilizando o programa de navegação Google Chrome, e, posteriormente, abrir uma nova guia neste navegador, o Zoom da nova página será sempre igual ao da página anterior, ou seja, apresentará o Zoom aumentado.
- 37 No Chrome, é permitido editar um arquivo PDF aberto por esse navegador, pois ele já vem com o *plug-in* padrão que desbloqueia esse formato de arquivo, caso esteja protegido.
- 38 É perfeitamente possível configurar o Google Chrome para que ele possa reabrir as mesmas páginas que o usuário estava visualizando quando saiu.
- 39 O vírus de *boot* é um vírus que age diretamente na inicialização do sistema de computadores conectados à rede. Contudo, ele não é espalhado por meio de dispositivos, como, por exemplo, *pen drives*.
- 40 *Botnets* são computadores infectados por arquivos considerados como maliciosos que podem ser controlados por criminosos, remotamente.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base na lei e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens subsequentes acerca do processo administrativo disciplinar.

- 41** A defesa por habilitado tecnicamente é requisito imprescindível à validade do processo administrativo disciplinar, em homenagem à ampla defesa e ao contraditório.
- 42** É lícita a utilização, em processo administrativo disciplinar, de prova produzida em processo judicial criminal, desde que assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa.
- 43** Somente excepcionalmente, se grave a imputação e se houver fundamentos mínimos, admitir-se-á a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

De acordo com a lei e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir no que se refere ao poder de polícia.

- 44** As sociedades de economia mista, embora possam exercer poder de polícia administrativa, não estão autorizadas a aplicar multas em razão desse poder.
- 45** Os conselhos de fiscalização profissional possuem delegação para exercício do poder de polícia.
- 46** Prescreve em cinco anos a pretensão da Administração de cobrança de multas impostas em razão do exercício do poder de polícia.

A respeito da discricionariedade administrativa, julgue os itens de **47** a **50**.

- 47** Também a discricionariedade técnica a que podem recorrer as agências reguladoras está sujeita a algum controle judicial que não incursione em notas de conveniência e de oportunidade.
- 48** A conveniência e a oportunidade, que caracterizam a discricionariedade, são passíveis de controle quando, embora dentro da legalidade, se revelem desproporcionais ou inefetivas para o atingimento do interesse público.
- 49** Não há ato administrativo puramente vinculado, sempre existindo alguma margem para a atuação do administrador, ainda que se situe na própria interpretação da lei.

- 50** A discricionariedade administrativa pressupõe conceitos propositalmente deixados em aberto pelo legislador para preenchimento em concreto pelo administrador.

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens seguintes quanto ao princípio da isonomia.

- 51** A extensão de reajustes de vencimentos a servidores públicos, de modo a garantir a isonomia, pode e deve ser efetivada por decisão judicial.
- 52** O valor de tributos recolhidos por determinada empresa ao Estado pode constitucionalmente funcionar como critério de desempate em licitação.
- 53** Em concurso público, a pontuação em prova de títulos em razão do simples exercício pelo candidato de função pública viola a isonomia.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens subsequentes a respeito dos partidos políticos.

- 54** É constitucional, como condição para a participação de candidato em debate eleitoral, a exigência de representação mínima, no Congresso Nacional, de seu correspondente partido político.
- 55** Em propaganda partidária, é vedada a participação de pessoas integrantes de outros partidos.
- 56** Os critérios de cálculo para repasse do fundo partidário representam direito adquirido pelos partidos políticos, o que inviabiliza sua mudança no tempo.

Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os próximos itens com relação ao Ministério Público.

- 57** Compete exclusivamente ao Ministério Público Federal atuar perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.
- 58** Na condição de fiscal da lei, o Ministério Público ostenta legitimidade para recorrer de decisões judiciais em processos em que não figure como parte.
- 59** Em caso de divergência interna entre órgãos do Ministério Público Federal, caberá ao Supremo Tribunal Federal resolver os conflitos de competência.
- 60** A independência funcional assegura aos órgãos do Ministério Público a possibilidade de divergirem nas condições de parte e de fiscal da lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de contabilidade geral e legislação societária para a elaboração das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 61 A integralização do capital social deve ser feita em moeda ou equivalente de moeda, sendo vedada a utilização de outros ativos.
- 62 Se determinada empresa efetuar lançamentos contábeis de ajuste com o objetivo de harmonizar as regras específicas da legislação tributária e as normas gerais de contabilidade comercial, será vedada a incidência de impostos e contribuições sobre os referidos lançamentos de ajuste.
- 63 Se determinada empresa tiver débitos decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do imposto sobre produtos industrializados, poderá fazer a consolidação de apenas uma parte desses débitos para efeito de parcelamento da dívida.
- 64 O princípio da prudência recomenda que ativos e receitas sejam superestimados e que passivos e despesas sejam subestimados.
- 65 Determinada informação contábil que respeite as normas técnicas vigentes estará de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ainda que sua publicação ocorra de maneira intempestiva.
- 66 Os impostos diferidos devem ser evidenciados no balanço patrimonial como ativos circulantes, independentemente da data da realização da despesa.
- 67 As devoluções sobre vendas ocorridas em exercícios anteriores são registradas como despesa operacional de vendas do exercício financeiro em curso, tendo em vista que não devem ser incluídas nas deduções da receita bruta.
- 68 Os materiais consumidos na produção de mercadorias e serviços vendidos devem ser incluídos na demonstração do valor adicionado, no grupo de insumos adquiridos de terceiros, descontados os impostos pagos na aquisição.
- 69 A demonstração das mutações do patrimônio líquido pode ser incluída na demonstração de lucros e prejuízos acumulados.
- 70 Se determinada empresa apurar lucro líquido no final de determinado exercício, a conta de resultado do exercício apresentará saldo devedor.

A respeito dos conceitos avançados de contabilidade geral, julgue os itens subsequentes.

- 71 Se determinada empresa tiver recursos colocados em aplicações financeiras cujo prazo para resgate seja depois do encerramento do exercício, os recursos deverão ser excluídos do subgrupo de disponibilidades.
- 72 As operações de desconto de duplicatas são registradas por meio de débitos na conta de duplicatas a receber.
- 73 Quando determinada empresa avalia seus estoques pelo preço médio ponderado, o custo médio existente sofre alterações em seu valor a cada entrada com preço diferente do constante no estoque.
- 74 É vedado o ajuste de componentes do ativo e do passivo de longo prazo pelo valor presente.
- 75 Os equipamentos utilizados nas atividades de exploração de recursos minerais ou florestais estão sujeitos à exaustão.
- 76 Se determinada empresa contrair empréstimo com previsão de liberação de recursos em parcelas, o montante total do empréstimo deverá ser lançado no passivo no momento da contratação, independentemente do cronograma de liberação.
- 77 Os impostos e as contribuições sociais que tenham data de vencimento diferida em virtude de renegociação de dívida para data posterior ao exercício financeiro seguinte devem ser lançados no passivo exigível a longo prazo.
- 78 Se determinado investimento em participação no capital social de outras sociedades sofrer uma perda comprovada como permanente, o custo de aquisição do investimento será deduzido por uma provisão para perdas de ativo.
- 79 Se o lucro líquido do exercício for insuficiente para a constituição das reservas instituídas pelo estatuto da companhia, será vedada a distribuição de dividendos aos acionistas.
- 80 Se determinada empresa controlada fizer negócios com sua controladora, os resultados não realizados, decorrentes desses negócios, deverão constar das demonstrações financeiras consolidadas.

No que se refere aos diferentes aspectos técnicos da contabilidade pública e da elaboração de demonstrações contábeis aplicadas ao Setor Público, julgue os itens que se seguem.

- 81** Se determinado órgão público constatar que um de seus imóveis se encontra com o preço defasado em relação ao mercado, poderá fazer reavaliação do valor do bem.
- 82** É vedado incluir, no *superavit* financeiro do exercício, os saldos das operações de crédito ainda não pagas.
- 83** Se uma parcela da dívida passiva de determinado órgão foi acrescida de juros e encargos financeiros decorrentes de atraso no pagamento, então ocorreu uma variação patrimonial aumentativa.
- 84** O valor residual de determinado ativo do imobilizado consiste na parcela excedente do valor de alienação em relação ao custo histórico corrigido.
- 85** As provisões são obrigações de natureza distinta das contas a pagar e dos passivos derivados de apropriações por competências.
- 86** O plano de contas aplicado ao Setor Público baseia-se no regime de competência para o registro dos fatos que afetam o patrimônio público.
- 87** O balanço orçamentário pode demonstrar uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada de receita e a dotação atualizada.
- 88** A apuração de um saldo de disponibilidades no balanço financeiro maior que o saldo de disponibilidades apurado no exercício financeiro imediatamente anterior constitui evidência de *superavit* financeiro.
- 89** No quadro das contas de compensação, devem ser incluídos os atos que podem afetar o patrimônio do ente, já realizados ou não.
- 90** Se determinada empresa pública adquirir ações próprias para manter em tesouraria, a operação deverá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Julgue os próximos itens, relativos às normas de gestão dos recursos públicos e de planejamento orçamentário.

- 91** A limitação de empenho e a movimentação financeira cuja necessidade tenha sido identificada fora da avaliação bimestral aplicam-se a todos os Poderes e órgãos do governo federal.
- 92** Os recursos para apoiar as atividades das entidades do Setor Público originam-se exclusivamente de transações, sem contraprestação direta, advindas dos contribuintes.
- 93** A descentralização de créditos orçamentários pode ser feita, de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- 94** Se o fato gerador de determinada receita ocorreu em um exercício financeiro, mas a arrecadação correspondente só foi realizada no exercício financeiro seguinte, o evento será registrado no patrimônio público como receita do exercício financeiro em que ocorreu o fato gerador.
- 95** No Brasil, executa-se o orçamento público do tipo legislativo.
- 96** A dimensão operacional do planejamento público relaciona o plano plurianual à lei orçamentária anual.
- 97** Se determinado órgão público identificar um risco de gestão capaz de afetar as contas públicas, deverá adicionar relatório sobre esse risco na lei de diretrizes orçamentárias, incluindo as providências a serem tomadas caso o risco se concretize.
- 98** A reserva de contingência consignada na lei orçamentária anual destina-se ao pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.
- 99** Cabe aos órgãos setoriais ou às unidades orçamentárias identificar, no orçamento federal, as ações que geram bens e produtos finais à sociedade ou ao Estado.
- 100** Se a lei orçamentária de determinado exercício financeiro for aprovada com previsão de receitas em montante superior ao total de despesas, o princípio orçamentário do equilíbrio terá sido respeitado.

Com relação à contabilidade fiscal, julgue os itens seguintes.

- 101** Se a União desejar instituir um novo imposto, incidente sobre fato gerador distinto dos impostos já instituídos, estará proibida de destinar o produto da arrecadação do novo imposto a órgão, a fundo ou à despesa.
- 102** Se determinada obrigação acessória não for cumprida, será convertida em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- 103** As filiais, as sucursais, as agências ou as representações, no País, das empresas com sede no exterior são consideradas como pessoas jurídicas, no Brasil, para efeito das normas de tributação do imposto sobre a renda de pessoas jurídicas.
- 104** Se o serviço prestado ao Poder Público for relacionado a obras de engenharia, a retenção da contribuição social sobre o lucro líquido é dispensável.
- 105** Se determinado contribuinte estiver dispensado da retenção da contribuição para o PIS/PASEP, continuará obrigado à retenção do imposto de renda de pessoas jurídicas.
- 106** Em nenhuma hipótese, a contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) retida em determinado mês poderá ser compensada com débitos relativos a outros tributos federais.
- 107** Se determinada empresa prestar a órgão da Administração Pública serviços de vigilância por meio de monitoramento eletrônico, deverá efetuar a retenção da contribuição social destinada à previdência social.
- 108** Para as empresas que apuram o imposto de renda com base no lucro real, o cálculo do imposto por estimativa é irrelevante.
- 109** Se determinada empresa optante pela apuração do imposto de renda pelo lucro real adotar o pagamento trimestral da contribuição sobre o lucro líquido, não poderá mudar o período de pagamento por todo o ano-calendário.
- 110** Se determinada empresa adotar moeda funcional diferente da moeda nacional, será obrigada a elaborar escrituração contábil com base em moeda nacional, cujos valores servirão de base para a tributação da contribuição para o financiamento da seguridade social.

Quanto às normas legais aplicáveis aos impostos e às contribuições, julgue os itens a seguir.

- 111** O estatuto de constituição de determinado condomínio tem poderes para definir a parcela a ser tributada para cada participante do condomínio, ainda que em percentual diverso do percentual de participação no total do patrimônio.
- 112** Se determinada empresa constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor correspondente deverá ser excluído da base de cálculo da COFINS.
- 113** É vedada a cobrança não cumulativa da COFINS em relação apenas à determinada parcela das receitas de uma empresa.
- 114** Se determinada empresa nacional prestar serviços para pessoa física residente no exterior, deverá pagar a contribuição do PIS/PASEP sobre os recursos recebidos.
- 115** Determinado servidor público, vinculado ao regime próprio de previdência social e em efetivo exercício, pode contribuir para o regime geral de previdência social na qualidade de segurado facultativo.
- 116** Aquele que presta serviços de natureza contínua, mediante remuneração, à pessoa, à família ou à entidade familiar, no âmbito residencial, em atividade sem fins lucrativos deve contribuir para o regime geral de previdência social na qualidade de segurado empregado doméstico.
- 117** Nos pagamentos pela prestação de serviços efetuados por meio de cartões de crédito ou débito, a retenção deve ser efetuada, pela pessoa jurídica tomadora dos serviços, sobre o total a ser pago à empresa prestadora dos serviços, devendo o pagamento com o cartão ser realizado pelo valor líquido.
- 118** Se determinada pessoa jurídica de direito privado prestar serviços de vigilância a outra pessoa jurídica, deverá efetuar a retenção, na fonte, das contribuições sociais incidentes sobre o pagamento dos serviços, independentemente do valor do pagamento.
- 119** O contribuinte do imposto sobre serviços de qualquer natureza é o prestador do serviço.
- 120** O imposto sobre serviços de qualquer natureza não incide sobre a promoção de espetáculos públicos realizada por instituição cultural ou de assistência social sem fins lucrativos.